



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS

N.º 001/2018

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 02735/2018

EMITIDO EM: 14/05/2018.

O MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO, com sede à rua Cel. Francisco Limongi, 353 – Centro – São José do Vale do Rio Preto – RJ, realizará licitação na modalidade **TOMADA DE PREÇOS TIPO MENOR PREÇO GLOBAL**, regida pela Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas posteriores alterações, dentro das seguintes condições abaixo elencadas

CLÁUSULA PRIMEIRA

– A sessão de recebimento e abertura dos envelopes contendo a documentação de habilitação e as propostas comerciais, **será realizada às 10:00 horas, do dia 25 de junho de 2018** na sala de licitações da Administração Municipal, situada na Rua Cel. Francisco Limongi, 125 – Centro – São José do Vale do Rio Preto – Estado do Rio de Janeiro.

CLÁUSULA SEGUNDA: Do objeto

2.1 - O objetivo da presente licitação é selecionar, dentre os participantes, que se apresentarem, a melhor proposta, de acordo com os critérios estabelecidos neste edital, visando à contratação de empresa especializada, para **EXECUÇÃO DE REFORMA DA ETA (ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DA AGUA) DA MARAVILHA LOCALIZADA NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO – RJ, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO-DE-OBRA** de conformidade com as especificações contidas nos anexos I (laudo de visita técnica), II (minuta de contrato), vedada a subcontratação total ou parcial para execução do objeto que será licitado.

CLÁUSULA TERCEIRA – Dos envelopes.

3.1 – Para participação neste Certame o licitante deverá apresentar o seguinte:

3.1.1 – **Envelopes “A” e “B”** – Contendo a documentação e proposta, que deverão ser apresentados da seguinte forma:

1) Fechado;



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

2) Com identificação do licitante;

3) Discriminando qual é o envelope “A” e o envelope “B”.

1 – **Envelope “A”: Habilitação** – Deverá estar devidamente fechado (impedindo a retirada ou inclusão de documentos), identificado (contendo o nome da Firma) e conter os seguintes documentos:

A – Cópia do Contrato Social autenticado, ou a última alteração contratual onde consigne o responsável legal pela firma;

A.1 - Prova de possuir capital social integralizado igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor estimado do contrato, comprovado através de registro na junta comercial ou do último balanço publicado, conforme o caso, devendo a comprovação ser feita à data da apresentação da proposta (art. 31, parágrafos 2º e 3º, da Lei nº 8.666/93).

B – Em se tratando de representante e não do responsável legal constante no contrato social, somente terá direito a manifestar-se durante o certame com a devida procuração, que poderá ser apresentado dentro ou fora do envelope, o qual será registrado em ata, sendo necessário anexa-lo aos autos;

C – Original ou cópia autenticada da certidão que prova regularidade para com a fazenda Municipal e Estadual do domicílio ou sede do licitante, com prazo de validade não superior a 180 (cento e oitenta) dias, quando não estiver consignado na mesma o prazo de validade (art. 29, inciso III da Lei nº 8.666/93);

C . 1 – A certidão de débitos Estaduais deverá estar acompanhada de certidão da dívida ativa do Estado, de conformidade com a resolução PGE/SER nº 033/04, publicada no D.O.E, em 25 de novembro de 2004. **(no caso de firma do Estado do Rio de Janeiro).**

D – Original ou cópia autenticada da Certidão que prova regularidade para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) (art. 29, inciso IV da lei nº 8.666/93);

E – Original ou cópia autenticada da Certidão que prova regularidade com a Receita Federal, INSS e Dívida Ativa da União (CND) (art. 29, inciso IV da Lei nº 8.666/93);

F - Certidão negativa de infrações trabalhistas à legislação de proteção à criança e ao adolescente, ou declaração que não possui menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;

G - Certidão negativa de Falência, concordata e/ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede de pessoa jurídica, com prazo de expedição inferior a 180 dias, caso não conste validade

H - CNDT – prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante apresentação de certidão negativa, nos termos do título VII-A da consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto Lei nº 5.452 de 1º de maio de 1943 (incluído pela Lei 12.440 de 2011);

I – Atestado de visita:

I.1 – Será fornecido pela Secretaria Municipal de Obras Públicas, Urbanização e Transportes (o objetivo do atestado é o conhecimento por parte da empresa da situação real do local e as circunstâncias em que se dará a efetiva prestação dos serviços), será no dia **20/06/2018 às 10:00 horas**, na sede da Secretaria Municipal de Obras Públicas. Conforme o Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (CONFEA), na Resolução nº 218 de 29 de junho de 1973 e a Resolução nº 310 de 23 de julho de 1986, as atividades referentes ao saneamento e estações de tratamento de água, se limitam aos



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

profissionais da Engenharia Civil e Engenharia Sanitária, portanto, a Visita Técnica deverá ser feita por um desses profissionais responsáveis pela empresa.

J – Qualificação técnica:

J.1 – A firma deverá apresentar Cópia autenticada do registro ou inscrição na entidade profissional competente (CREA) – (Inciso I do artigo 30 da lei nº 8.666/93);

J.2 - A firma deverá apresentar uma cópia autenticada de quitação da anuidade, referente ao exercício de 2018 (CREA).

J.3 – Capacitação técnico-profissional: comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução da obra ou serviços de características semelhantes ao objeto desta licitação (Inciso I do parágrafo 1º do artigo 30 da lei nº 8.666/93). **Conforme o Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (CONFEA), na Resolução nº 218 de 29 de junho de 1973 e a Resolução nº 310 de 23 de julho de 1986, as atividades referentes ao saneamento e estações de tratamento de água, se limitam aos profissionais da Engenharia Civil e Engenharia Sanitária.**

J.3.1 – As parcelas de maior relevância técnica e valor significativo são as que se referem ao processo de tratamento da água, visando a qualidade do bem fornecido para consumo humano, considerando as deficiências encontradas no processo de tratamento, conforme estabelecido no caderno de encargos.

J.4 – O responsável técnico-profissional deverá apresentar uma cópia autenticada de quitação da anuidade, referente ao exercício de 2018 (CREA).

L - Além dos itens acima, deverá a empresa/firma, apresentar o C.R.C, documento comprobatórios de estar o licitante devida e previamente inscrita no cadastro de fornecedores e prestadores de serviços da Prefeitura Municipal de São José do Vale do Rio Preto, RJ, ou em condições para o cadastramento conforme determina o artigo 22, § 2º da lei nº 8.666/93 – até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas.

M – Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física(art. 31, inciso II da Lei nº 8.666/93).

N – Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados a mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta (art. 31, inciso I da lei nº 8.666/93);

- No caso de sociedade anônimas, cópia autenticada do Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis, publicadas em jornal diário de grande circulação no estado, ou, se houver, no município da sede da empresa;
- No caso de empresas por responsabilidade limitada, cópia autenticada pela Junta Comercial das páginas do Livro Diário, que contenham Termo de Abertura; Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis e Termo de Encerramento;
- O Balanço Patrimonial e as Demonstrações Contábeis, bem como, os Demonstrativos dos Índices Contábeis, deverão estar assinados pelos Sócios–Gerentes da empresa e por contabilista, comprovadamente registrado perante o Conselho Regional de Contabilidade – CRC, sendo observados os seguintes índices contábeis:



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Para efeito de análise da situação econômica financeira da empresa, e para considerá-la habilitada, será observada a metodologia prevista no decreto 1106 de 15 de julho de 2002, conforme abaixo, no qual deverá atingir a avaliação mínima **A2.**

ÍNDICE DE LIQUIDEZ GERAL:

ativo circulante + realizável a longo prazo

passivo circulante + exigível a longo prazo

LG	PONTOS
0,00 a 0,29	0
0,30 a 0,49	1
0,50 a 0,59	2
0,60 a 0,69	3
0,70 a 0,89	4

0,90 a 1,09	5
1,10 a 1,29	6
1,30 a 1,49	7
1,50 a 1,79	8
1,80 a 2,00	9
mais de 2,00	10

ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE

ativo circulante

passivo circulante

LC	PONTOS
0,00 a 0,39	0
0,40 a 0,59	1
0,60 a 0,79	2
0,80 a 0,99	3
1,00 a 1,19	4
1,20 a 1,39	5
1,40 a 1,59	6
1,60 a 1,79	7
1,80 a 1,99	8
2,00 a 2,20	9
mais de 2,20	10

GRAU DE ENDIVIDAMENTO

passivo circulante + exigível a longo prazo

patrimônio líquido



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

EN	PONTOS
<i>mais de 10,0</i>	<i>0</i>
<i>9,1 a 10,0</i>	<i>1</i>
<i>8,1 a 9,0</i>	<i>2</i>
<i>7,1 a 8,0</i>	<i>3</i>
<i>6,1 a 7,0</i>	<i>4</i>
<i>5,1 a 6,0</i>	<i>5</i>
<i>4,1 a 5,0</i>	<i>6</i>
<i>3,1 a 4,0</i>	<i>7</i>
<i>2,1 a 3,0</i>	<i>8</i>
<i>1,1 a 2,0</i>	<i>9</i>
<i>0,0 a 1,0</i>	<i>10</i>

Obtendo-se a média:
pontos LG + pontos LC + pontos EM

3

convertendo-se o resultado pela seguinte tabela:

PONTOS	AVALIAÇÃO
<i>0,0 a 1,9</i>	<i>NR</i>
<i>2,0 a 4,9</i>	<i>2 (A)</i>
<i>5,0 a 7,9</i>	<i>4 (B)</i>
<i>8,0 a 10,0</i>	<i>6 (C)</i>

os quais indicam os seguintes conceitos:

AVALIAÇÃO	CONCEITO
<i>NR</i>	<i>não recomendável</i>
<i>(A) 2</i>	<i>mínimo para cadastramento</i>
<i>(B) 4</i>	<i>médio</i>
<i>(C) 6</i>	<i>máximo</i>

Obs.: As cópias dos documentos acima mencionados serão autenticados pela comissão de licitação no ato da abertura dos envelopes, desde que apresentados os originais, nos termos do art. 32, CAPUT, da Lei de Licitações.

Obs. 2- A critério da Comissão de licitação a Sessão poderá ser suspensa por 24 (vinte e quatro) horas para análise da documentação e do acervo técnico.

2– Envelope “B” : Proposta.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

A – Proposta de Preço conforme especificações constante nos anexos em tela;

B– A Proposta Comercial deverá ser apresentada datilografada , digitada ou manuscrita (legível) , em 01 (uma) via em papel próprio da empresa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas.

C– A Planilha de Orçamento será apresentada em 01 (uma) via, preparada em conformidade com as instruções seguintes:

C.1 – Os licitantes deverão propor preços unitários, em reais, para realização do serviço, objeto do presente Certame;

C.2 – Apresentação de cronograma físico financeiro de conformidade com anexo nº I com objeto e valores devidamente detalhados em planilha.

CLÁUSULA QUARTA– Dos prazos

4.1 – O prazo de entrega dos serviços será de acordo com o estabelecido nos anexos do presente edital ;

4.2 – A firma garantira os serviços ora estabelecidos neste edital por no mínimo 05 (cinco) anos, contados a partir da data de recebimento definitivo da obra, pelo Município de São José do Vale do Rio Preto.

4.3 – O prazo de validade das propostas não poderá ser inferior a 30 (trinta) dias a contar da data da sua entrega.

CLÁUSULA QUINTA – Recebimento e Abertura dos Envelopes

5.1 – No dia, hora e local designados, será realizada a Sessão de Recebimento e Abertura dos Envelopes contendo a Documentação de Habilitação e as Propostas Comerciais com a participação dos membros da Comissão de Licitação, na presença dos licitantes que se interessarem, munidos das respectivas procurações, de acordo com a seguinte rotina:

a – Recebimento dos Envelopes A e B;

b – Abertura dos envelopes “A” e análise dos documentos de Habilitação nele contidos, podendo a critério da comissão utilizar o prazo de 05 (cinco) dias úteis, para proceder a presente análise, diligências e outros cabíveis na forma da Lei;

c – Abertura dos Envelopes “ B ”, contendo as Propostas Comerciais dos licitantes considerados habilitados, podendo também a critério da comissão de licitações ser aberto o prazo de 05 (cinco) dias úteis para análise, diligências e outros cabíveis na forma da Lei;

d – Todos os documentos constantes dos envelopes “A” e “ B ”, Habilitação e Proposta Comercial, deverão ser rubricados por todos os presentes, e juntados ao processo e encaminhados à Comissão Permanente de Licitações para análise, apreciação e julgamento, em observância aos critérios estabelecidos neste Edital;

e – Em hipótese alguma, serão recebidas propostas feitas por telex, fax, telegrama, enviadas pelo Correio.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

f – O não comparecimento ou permanência do licitante (ou representante credenciado) ao ato, ou a falta de sua assinatura na ata da Sessão implicará na sua tácita concordância com as decisões da Comissão.

g – Os envelopes “A” e “B”, contendo habilitação e propostas, respectivamente, poderão ser protocolizados até 24 (vinte e quatro) horas antes da sessão no setor de protocolo da Prefeitura Municipal, mediante o pagamento da taxa de expediente, situada à Rua Coronel Francisco Limongi, nº 159, centro, ou entregues na data, hora e local da abertura dos mesmos diretamente ao Presidente da Comissão de Licitações;

CLÁUSULA SEXTA – Do Contrato e das Penalidades

6.1 – A firma deverá no ato da assinatura do contrato apresentar por escrito o preposto da empresa, de conformidade com art. 68 da lei nº 8.666/93;

6.2 – O prazo máximo para assinatura do referido contrato será de 15 (quinze) dias úteis, a contar da homologação do certame licitatório por parte do executivo municipal, conforme determina o art. 81 da lei nº 8.666/93;

6.3 – A empresa contratada que deixar de cumprir quaisquer das obrigações assumidas, bem como, deixar de cumprir os prazos de Execução dos eventos constantes do cronograma indicado pelo Município ficará, garantida a prévia defesa, sujeita às seguintes penalidades:

a – Multa por dia de atraso equivalente a 5% (cinco por cento) do valor da etapa em atraso;

b – Suspensão do direito de licitar no Município de São José do Vale do Rio Preto, pelo prazo de 02 (dois) anos, na forma da lei.

c- A empresa Contratada está obrigada a manter durante toda a vigência do contrato as condições apresentadas para habilitação.

CLÁUSULA SETIMA: Motivos para Rescisão Contratual

Constitui razões para rescisão do presente contrato as prescrições abaixo elencadas, como determina o artigo nº 78 da lei nº 8.666/93.

I – O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

II – O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;

III – A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital e no contrato;

IV – O Desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

V – O cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do § 1º do art. 67 desta Lei;

VI – A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

VII – A dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;

VIII – A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

IX – Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;

X – A suspensão de sua execução, por ordem escrita da administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

XI – A não liberação, por parte da administração, de área, local ou objeto para execução de obra, serviço ou fornecimento, nos prazos contratuais, bem como das fontes de materiais naturais especificadas no projeto;

XII - A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato;

XIII - descumprimento do disposto no inciso V do art. 27, sem prejuízo das sanções penais cabíveis;

XIV – A lentidão do seu cumprimento, levando a administração a comprovar a impossibilidade da conclusão da obra, do serviço ou do fornecimento, nos prazos estipulados;

XV – O atraso injustificado no início da obra, serviço ou fornecimento;

XVI – A paralisação da obra, do serviço ou do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à administração;

XVII – A suspensão, por parte da administração, de obras, serviços ou compras, acarretando modificações do valor inicial do contrato além do limite permitido no § 1º do art. 65 da lei 8.888/93;

XVIII - O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela administração decorrentes de obras, serviços ou fornecimento, ou parcelas destes, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

CLÁUSULA OITAVA – Das prescrições diversas.

8.1 – Quaisquer outras informações, poderão ser obtidas pelos interessados, em dias úteis, no horário de 9h30min às 16 h, na secretaria de administração, na rua Cel. Francisco Limongi, 125, Centro – São José do Vale do Rio Preto – RJ, ou pelos telefones 2224–1326 e 2224–1327 e 2224 1552;

8.2 – Os pedidos de impugnação ou recursos somente serão aceitos mediante encaminhamento formal através de processo administrativo devidamente protocolado nesta municipalidade;

8.3 - O item 3.1.1 – trata-se de formalidade com o intuito de evitar o acréscimo de documentos e a identificação do licitante, porém não será considerada como fator de inabilitação, salvo em caso de identificação dos envelopes “A” e “B” trocadas, esta tornará o licitante inabilitado;

8.4 – Todos os documentos de habilitação e propostas de preços, passaram a serem parte integrantes do processo licitatório, não sendo cabível a



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

devolução dos mesmos, salvo os envelopes “B” – proposta de preços dos licitantes considerados inabilitados na fase inicial (envelopes “A”).

São José do Vale do Rio Preto, em 14 de maio de 2018

FLAVIANA MEDEIROS LAMEIRA RIBEIRO
Presidente da Comissão de Licitação

ANEXO II

**CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM DE
UM LADO NA CONDIÇÃO DE CONTRATANTE O
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO – RJ,
E DO OUTRO COMO CONTRATADA A EMPRESA
_____NA FORMA ABAIXO:**

Aos _____ dias do mês de _____ de dois mil e _____, na sede do Município de São José do Vale do Rio Preto, situada à rua Cel. Francisco Limongi, 159 – Centro – São José do Vale do Rio Preto – RJ, inscrita no C.N.P.J. sob o n.º 32.001.836/0001–05, doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, brasileiro, casado, XXXXXX, portador da Carteira de Identidade n.º XXXXXX do IPF, do CPF n.º XXXXXXXX e a empresa _____, inscrita no C.N.P.J. sob o n.º _____, com sede à _____, _____, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo _____, RG n.º _____ e C.P.F. n.º _____, resolvem firmar o presente Contrato decorrente da Tomada de Preços n.º ____/____ e do Processo n.º ____/____, cujo edital fica fazendo parte integrante e mediante cláusulas e condições enunciadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO:

O objetivo da presente é à contratação de empresa especializada, para **EXECUÇÃO DE REFORMA DA ETA (ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DA AGUA) DA MARAVILHA LOCALIZADA NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO – RJ, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO-DE-OBRA**, de conformidade com as especificações contidas nos anexos I



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

(laudo de visita técnica), II (minuta de contrato), vedada a subcontratação total ou parcial para execução do objeto que será licitado.

PARÁGRAFO ÚNICO: O regime de execução é o de empreitada integral com fornecimento de mão –de– obra e material de conformidade com art. 6º, inciso X, c/c art. 10º, inciso II de lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA : DOS DOCUMENTOS CONTRATUAIS:

I – Fazem parte integrante deste instrumento os seguintes:

II – TOMADA DE PREÇOS N.º ____/____, DE ____ de ____ emitida pela CONTRATANTE.

III – PROPOSTA COMPLETA DA CONTRATADA.

CLÁUSULA TERCEIRA: OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

São obrigações da contratada o cumprimento dos itens abaixo relacionados:

I - Executar os serviços ora contratados elencados nos anexos do Edital TP nº 001/2018;

II- Estar em situação regular perante os órgãos de classe;

III – As despesas referentes às obrigações trabalhistas, previdenciárias e tributárias, Federal, Estadual e Municipal – Art. 71 e § 1º - Lei 8666/93 correrão por conta e responsabilidade da Contratada;

IV - Apresentar no ato da assinatura do contrato, para representa-lo no local da obra ou sempre que se fizer necessário o preposto na forma da Lei;

V – Emitir notas fiscais após a conclusão da respectiva etapa;

VI – Permitir na forma da lei a fiscalização da obra;

VII – Manter as mesmas condições de habilitação durante a execução do contrato;

VIII – Garantir a qualidade pela solidez e segurança da Obra por 05 anos.

IX – Notificar o município sempre que houver alguma anormalidade no andamento da obra.

X – Comprovar o recolhimento dos tributos devidos em decorrência do objeto contratado.

XI – Requerer o pagamento das etapas de obras de acordo com o cronograma físico financeiro.

XII – Assinar o contrato no prazo máximo de 15(quinze) dias a partir do comunicado formal da secretaria municipal de administração.

CLÁUSULA QUARTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

I- Fiscalizar a execução do contrato através da Secretaria Municipal de Obras.

II - realizar os pagamentos nas datas previstas do presente contrato, após a fiscalização de obra atestar a conclusão da etapa.

III - Exigir da contratada apresentação das Notas Fiscais/Faturas correspondentes às parcelas de pagamento previstas em sua PROPOSTA e aceitas pela fiscalização da CONTRATANTE.

IV – Exigir do contratado apresentação no ato do pagamento, comprovante de recolhimento dos encargos previdenciários originados pelo objeto licita tório (art. 71, § 2º da Lei nº 8.666/93);



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

- V – Expedir memorando autorizativo autorizando o início da obra;
- VI – Entregar o local em perfeitas condições para o início da obra.
- VII - Acompanhar e fiscalizar a execução da obra.

CLÁUSULA QUINTA : VALOR DOS SERVIÇOS E FORMA DE PAGAMENTO:

I - O valor a ser pago pelo objeto ora licitado é o de R\$ _____ (_____) , fixos e irrevogáveis, para realização dos serviços descritos de conformidade com o Cronograma Físico Financeiro, objeto da proposta.

II – O órgão municipal responsável pelo pagamento deverá exigir do contratado apresentação no ato do pagamento, comprovante de recolhimento dos encargos providenciários originados pelo objeto licitado (art. 71, § 2º da Lei nº 8.666/93);

CLÁUSULA SEXTA : DA VIGÊNCIA DO CONTRATO E ALTERAÇÕES

I – O presente contrato vigorará pelo prazo de _____ (_____) dias consecutivos, contados a partir da data de memorando autorizativo expedido pela Prefeitura Municipal de São José do Vale do Rio preto.

II – O presente Contrato poderá ser alterado, nos casos previstos pelo disposto no art. 65 da Lei 8.666/93, sempre através de termos aditivos numerados em ordem crescente, devidamente fundamentado previamente.

CLÁUSULA SÉTIMA : FISCALIZAÇÃO

A Fiscalização do presente Contrato ficará a cargo da Secretaria Municipal de Obras Públicas, Urbanização e Transportes.

O presente Contrato reger-se-á por toda a legislação aplicável à espécie, emanados da Lei n.º 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações.

CLÁUSULA OITAVA: DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO: A Firma declara ser do seu inteiro conhecimento todas essas normas e concorda em sujeitar-se às suas estipulações, sistema de penalidades e demais regras delas constantes mesmo quando não expressamente transcritas no presente instrumento.

§ 1º - **A CONTRATADA** declara aceitar todas as inspeções e controles que vierem a ser adotadas pela Fiscalização, obrigando-se a facilitar-lhe todas as explicações e esclarecimentos que esta necessitar e que forem julgados precisos ao desempenho de suas atividades.

§ 2º - A existência e atuação da Fiscalização em nada restringem a responsabilidade da **CONTRATADA**, no que concerne ao fornecimento ora contratado e a sua execução, bem como, a ocorrência de eventuais irregularidades na execução dos serviços contratados, não implica em co-responsabilidade do **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA NONA : RESCISÃO

Constitui razões para rescisão do presente contrato as prescrições abaixo elencadas:



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

I – O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

II – O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;

III – A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital e no contrato;

IV – O Desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

V – O cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do § 1º do art. 67 desta Lei;

VI – A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

VII – A dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;

VIII – A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;

IX – Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;

X – A suspensão de sua execução, por ordem escrita da administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

XI – A não liberação, por parte da administração, de área, local ou objeto para execução de obra, serviço ou fornecimento, nos prazos contratuais, bem como das fontes de materiais naturais especificadas no projeto;

XII - A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato;

XIII - descumprimento do disposto no inciso V do art. 27, sem prejuízo das sanções penais cabíveis;

XIV – A lentidão do seu cumprimento, levando a administração a comprovar a impossibilidade da conclusão da obra, do serviço ou do fornecimento, nos prazos estipulados;

XV – O atraso injustificado no início da obra, serviço ou fornecimento;

XVI – A paralisação da obra, do serviço ou do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à administração;

XVII – A suspensão, por parte da administração, de obras, serviços ou compras, acarretando modificações do valor inicial do contrato além do limite permitido no § 1º do art. 65 da lei 8.888/93;

XVIII - O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela administração decorrentes de obras, serviços ou fornecimento, ou parcelas destes, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizado a situação;

PARÁGRAFO ÚNICO: Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado a parte contrária o contraditório e a ampla defesa.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

I – As despesas com os serviços objeto deste edital, correrão por conta da dotação orçamentária programas de trabalho nº 20.20.1218.122.0020.2.074.4.4.90.51.00.00.00.0002, reserva 472/18.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS MULTAS E PENALIDADES (Art. 86 e 87 da Lei nº 8.666/93)

I – O atraso de responsabilidade da CONTRATADA na conclusão de qualquer etapa na execução do Contrato sujeitará a CONTRATADA ao pagamento de multa moratória, no valor correspondente a 5% (cinco) por cento do valor da etapa, por dia de atraso;

II – A multa que alude o artigo não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as outras sanções previstas na lei 8.666/93 e suas alterações;

III – A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada da garantia do respectivo contrato;

IV – Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente;

V – Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a ampla defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

- a) Advertência;
- b) Multa, na forma prevista no item I da cláusula décima primeira;
- c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de 02 (dois) anos;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA : DO FORO

I – As partes CONTRATANTES elegem o Foro da Cidade de São José do Vale do Rio Preto – RJ, com renúncia expressa de qualquer outro, para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes do presente Contrato e sua execução.

E por estarem justas e acordadas, as partes assinam o presente instrumento em 05 (cinco) vias, de igual teor e para um só efeito, na presença das testemunhas abaixo.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

São José do Vale do Rio Preto, em ____ de ____ de ____.

CONTRATANTE

CONTRATADA